

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ EM TEMPOS DE DITADURA:

memória da criação, modernização e resistência (1957-1973)
THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ IN DITADURA TIMES: memory of
foundation, modernization and resistance (1957 – 1973)

Renan Nascimento Reis¹

Artigo recebido em: 27/06/2019.

Artigo aceito em: 06/09/2019.

RESUMO

A temática apresentada neste artigo diz respeito às experiências vivenciadas nos primeiros dezesseis anos de funcionamento da Universidade Federal do Pará. Esse recorte temporal abrange desde a criação da UFPA até o final do mandato do reitor Aloysio Chaves, quando se consolida a Reforma Universitária. Foi a temporalidade que melhor se adequou ao objetivo desse artigo: discutir, através de fontes orais, como a comunidade acadêmica vivenciou esse momento de modernização e transformações, após o golpe civil-militar de 1964. Utilizaremos a metodologia da História Oral, considerando os depoimentos como nosso principal material de análise. Um dos principais resultados alcançados foi a compreensão de que o período é visto de maneiras diferentes, considerando a posição de cada ator envolvido, construindo-se memórias conflitantes sobre o mesmo contexto histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Ditadura civil-militar. Educação.

ABSTRACT

The theme presented in this article concerns the experiences lived in the first sixteen years of operation of the Federal University of Pará. This time frame extends from the creation of UFPA until the end of the mandate of Rector Aloysio Chaves, when the University Reform is consolidated. It was the temporality that best suited the purpose of this article: to discuss, through oral sources, how the academic community experienced this moment of modernization and transformation after the 1964 civil-military coup. We will use the methodology of Oral History, considering the testimonials as our main analytical material. One of the main results achieved was the understanding that the period is viewed in different ways, considering the position of each actor involved, building conflicting memories about the same historical context.

KEYWORDS: Memory. Civil-military dictatorship. Education.

¹ Renan Nascimento Reis é Especialista em História, Cultura e Sociedade (UESPI), Mestre em História do Brasil (UFPI) e Doutorando em História Social da Amazônia (UFPA) <http://lattes.cnpq.br/6847355923727035>. E-mail: renannreis@yahoo.com.br.

Considerações Iniciais

O problema que se apresentou à nossa reflexão é como esse momento de transformação é representado nas memórias daqueles que estiveram lá presentes, naquele tempo e naquele espaço, sejam como discentes, ou mesmo como docentes e gestores. Para isso, optamos por usar entrevistas colhidas junto ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, disponibilizadas em conteúdo multimídia no sítio da universidade e a legislação relativa ao tema publicada durante o período tratado. As fontes escritas, embora nos forneçam um panorama bem detalhado a respeito das políticas de reestruturação do ensino superior pelo regime militar, pouco nos permitem depreender a respeito do impacto que esse processo causou nos sujeitos históricos diretamente afetados por essas políticas. Por esse motivo, optamos por deixar que as memórias conduzissem nosso texto, de modo que as histórias de vida fossem o fio condutor que nos levassem ao conhecimento historiográfico pretendido, e não o contrário. Assim seguimos o prescrito por (BLOCH, 2001, p.54), traçando, por traz da insipidez da letra da lei sancionada pelos governantes, ou mesmo da instituição UFPA que, sem si, não passa de uma sigla ou uma abstração, a história dos homens, assim mesmo no plural: dos alunos, dos engenheiros, dos professores, dos reitores, dos congressistas, dos ministros da educação, dos presidentes da república, enfim, todos eles sujeitos históricos que nos ajudaram a contar essa História.

À guisa de orientação teórica, verificaremos quais representações são constituídas a respeito dos fatos históricos verificados no período. Conforme Alessandro Portelli “representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações” (PORTELLI, 2006, p.111). Por fim, deve-se, ainda, ter em mente que a memória é crucial aos integrantes do movimento estudantil, uma vez que ela está ligada a formação de sua identidade (POLLACK, 1989, pp.3-15), e a narrativa construída em seus depoimentos podem sinalizar em direção à formação de uma imagem “desejada” por esse grupo (POLLAK, 1989, p.10).

Já desde a década de 1970, que se vem observando um forte debate entre os historiadores em torno de uma nova maneira de escrita da história, o que gerou novos entendimentos em torno das fontes históricas e o seu manuseio por parte dos pesquisadores, além da discussão sobre novas abordagens a respeito dos acontecimentos “recentes”, até então negligenciados. Se a historiografia francesa da primeira metade do século passado acabou reforçando o *status* quase inabalável das fontes escritas, com sua história serial, estudo das estruturas e quantificações as correntes que a sucederam passaram a valorizar o indivíduo, a simbiose com demais campos de estudo e o que se chamou de “tempo presente”. O interesse sobre essa nova “temporalidade”, bem como a reanálise sobre a relação entre história e memória, passado e presente, trouxeram aos historiadores a necessidade de discutir os usos possíveis dos relatos orais para construção da narrativa historiográfica, fontes pouco discutidas até então, dado o alto grau de subjetividade que se atribuía a elas. Sendo a memória uma construção do passado, “contaminada” por sentimentos e necessidades do presente, os críticos sobre a utilização dos testemunhos diretos passaram a ter que lidar com o fato de que as “distorções” fazem parte de uma nova maneira de encarar a escrita do passado (FERREIRA, 2005).

A oralidade permite que os sujeitos marginalizados, aqueles que tiveram sua “voz” silenciada por anos, possam dar seu testemunho. Sendo, conforme Paulo Thompson (1992), uma história alicerçada em torno de pessoas, a história oral amplia o campo de ação do historiador, o qual passa reconhecer e conferir interesse a outros sujeitos, indo de encontro à “cristalização” de “mitos” tradicionalmente consagrados pela historiografia. Em outros termos, a história passa a ser um campo mais democrático. As reflexões que se verão adiante fazem parte dessa maneira de dar sentido ao passado, na qual sentimentos, ressentimentos, imprecisões, experiências e distorções são entendidos como elementos relevantes para se entender o contexto de criação da UFPA e seu processo de modernização conservadora após o Golpe de 1964.

Iremos nos deparar com representações diferentes a respeito política militar voltada para o ensino superior, maneiras diferentes de narrar e caracterizar um momento da história do Brasil de muitos debates políticos. Assim cabe ao pesquisador “criticar” essas fontes, não com o objetivo de encontrar “verdades”,

mas entendendo esse campo como lugar de conflitos (RAMOS, 2014, p. 126), no qual diferentes atores conferem diversos sentidos ao passado, às vezes, utilizando a história como “arma” (MÜLLER, 2014, p.81;95), naquilo que Paul Ricoeur chamou de “memória instrumentalizada”, referindo-se à “mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade.” (RICOEUR, 2007, p.93-94).

Parte 1: A “gênese” da Universidade Federal do Pará na Cidade de Belém (PA).

Alcyr Boris de Souza Meira nasceu em Belém em 08 de abril de 1934, vindo de uma família abastada da capital, filho do ex-governador do Pará Otávio Augusto de Bastos Meira, estudou durante toda sua vida no tradicional Colégio Moderno, localizado na Av. Quintino Bocaiúva, área nobre da cidade, antes de ingressar no curso de engenharia em 1952, ofertado pela então Escola de Engenharia do Estado do Pará, instituição autônoma de ensino, pois na época não existia uma universidade local. Contrariando uma tradição familiar que vinha desde seu bisavô, em que todos os homens seguiam a carreira de advogados, Alcyr se formou quatro anos depois em uma área técnica, e não demorou muito para que se envolvesse com o processo de criação da UFPA, como veremos adiante. Em 1954, já atuando no movimento estudantil, Alcyr lembra que uma das pautas de interesse dos alunos na época era justamente a criação de uma universidade, de modo que, quando lançou sua candidatura à presidência da União Acadêmica Paraense (UAP), em 1954, colocou como compromisso maior que fosse propugnada a criação da universidade:

eu conseguia passagens de cortesia e todos os meses eu passava pelo menos uma semana, uma semana e meia no Rio de Janeiro, que era a sede do congresso, justamente dentro do Palácio Tiradentes, que era a sede da Câmara Federal, conversando com a bancada paraense, com os deputados, no sentido de levar o projeto para frente. E o deputado Epílogo me ajudou muito (MEIRA, UFPA, 2014).

A criação da Universidade Federal do Pará foi sancionada pela Lei nº 3.191, de 1957, após cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, cujo projeto foi inicialmente elaborado pelo deputado Epílogo Gonçalves de Campos, e depois retomado pelo deputado Guilherme Lameira Bittencout. Em 1958 ela começou a

funcionar, mas apenas em 1959 houve a inauguração oficial, em cerimônia com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek e sua cúpula, no Teatro da Paz. A demora para a sanção do projeto de lei estaria relacionada à questões políticas locais, uma vez que o projeto era de um político do Partido Social Democrático (PSD), no caso o congressista Bittencourt, o que era alvo da oposição pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Popular Socialista (PPS). A situação se inverteu, quando Epílogo tomou a frente do projeto, de modo que os políticos do PSD não desejavam que o projeto saísse, lembra Alcyr (MEIRA, UFPA, 2014).

O jovem engenheiro Alcyr foi logo contratado junto à recém-criada universidade, em 1958, como engenheiro do quadro, e indicado pelo primeiro reitor, Mário Braga Henriques, como diretor do departamento de planejamento e obras, mas foi apenas na gestão seguinte, a de Silveira Neto, que o plano de criar um *campus* ganha força, com a criação da Comissão de Implantação do Campus Universitário Pioneiro (Coplanco), presidida pelo próprio engenheiro. Foi lançado edital para que os interessados apresentassem proposta para a aquisição da área onde seria construída a cidade universitária, no entanto nenhuma das propostas atendeu aos requisitos necessários: umas eram depois de Ananindeua (local já distante do centro urbano de Belém), e as demais eram no interior do Estado, não tendo nenhuma vinculação com o rio, e a proximidade do rio seria necessário para os cursos e disciplinas que seriam implementadas. Essa realidade seria atendida no governo Castelo Branco com a doação de uma imensa área, que pertencia ao Instituto Agrônomo do Norte, ao Ministério da Educação.

A universidade reuniu unidades já existentes e que haviam sido criadas muitos anos antes, a exemplo da Faculdade de Direito (1902), de Medicina (1918) e de Engenharia (1940)². Foi desde o início da República que o desejo de criação de uma universidade em Belém foi se constituindo, imerso em um ideal de progresso e civilização alicerçados na educação formal, mas em descompasso com a efervescência econômica que possibilitou edificação do Teatro da Paz, do Arquivo Público do Estado e do Museu Paraense Emílio Goeldi, uma vez que não foi

² A composição original foi a seguinte: Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Faculdade de Direito do Pará, Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, Faculdade de Odontologia do Pará, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.

possível a criação de um centro de pesquisa e de ensino local. A burguesia enriquecida pelo látex enviava seus filhos para estudarem na Europa, logo a formação superior em Belém não era assim uma necessidade imediata (FONTES, 2007, p. 13-68).

Já em outro contexto, ou seja, Guerra Fria, pós-guerra, políticas de integração nacional, necessidade de ocupação da imensa área da Amazônia e planos de desenvolvimento nacional, a criação de uma universidade na cidade de Belém passou a ser um elemento essencial para o projeto de modernização³ o qual o país vinha experimentando, quando o desenvolvimento científico logrou espaço maior nas políticas governamentais. No mesmo ano de criação da UFPA, o então presidente Juscelino Kubitschek visitou o Pará, onde foi recebido pela cúpula do PSD local, em especial seu aliado Magalhães Barata, quando inaugurou algumas obras, como o Silos de Belém e o Hospital Barros Barreto. A face modernizadora da cidade de Belém ia se formando, ao tempo que aumentava a mobilização para a integração das faculdades espalhadas por diversas localidades. Como vimos, o projeto avançou, foi aprovado pelo senado e sancionado pelo presidente, tendo seu primeiro Estatuto homologado em outubro de 1957, através do Decreto nº. 42.427 (FONTES, 2007).

Nos anos 1950, muitos centros urbanos Brasil foram sendo afetados pelos planos de modernização governamentais, o que incluiu a criação de novas faculdades e a “federalização” de muitas outras. Em Belém o processo começou em torno de um debate quanto à localização da cidade universitária. Enquanto uns defendiam que a sede da UFPA devesse ser construída no perímetro urbano, haja vista que as faculdades a serem integradas ficavam localizadas nesse espaço, outros defendiam que a melhor localização seria na área rural, onde hoje está situado o bairro do Guamá. Temos aqui um debate em torno, não apenas da localização territorial de um centro de estudos científicos, mas da identidade urbana daqueles

³ A modernização a que nos referimos se refere a um projeto conservador, repressivo e autoritário, o qual seria levado a cabo pelos militares, baseado em teorias norte-americanas, as quais defendiam a “modernização” das periferias com o intuito de combater os impulsos “revolucionários”. Isso incluía desenvolvimento econômico, fortalecimento democrático, roteiro, como sabemos, não seguido inteiramente no caso do Brasil, onde o projeto liberal-conservador vencedor em 1964 passou por cima de ideais democráticos em todas as áreas. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

que pensavam a organização sócio-espacial de como deveria se organizar a cidade de Belém em tempos de modernização crescente, em momento de transição, entre o “novo” e o “velho”. Como nos afirma Bernard Lepetit, existe uma: “pluralidade de tempos descompassados, cuja combinação gera mudança a cada instante” (LEPETIT, 2001, p.139).

Quanto à relação que se estabelece entre cultura e identidade, podemos citar a pesquisa realizada por Sandra Pesavento sobre a temática “cidade”. De início, devemos lembrar que os estudos sobre o urbano foram notadamente modificados a partir da influência da história cultural, quando a cidade passa a ser vista “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13). Nesse sentido, a cidade é vista como lugar de sociabilidade e de sensibilidade, como objeto de discursos e representações.

Assim interessa ao pesquisador analisar “as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela” (PESAVENTO, 2007, p.15). Nesse sentido, muitos objetos de análise se colocam à disposição do historiador que se interesse pelo tema, sob diversos prismas, tais como discursos, representações, imaginário, práticas, temporalidades, etc. Se abre ao pesquisador, por exemplo, perceber como se constrói historicamente a noção de uma “identidade” urbana, do ser urbano, do cidadão, dos marginalizados, do moderno, do progresso, e, portanto, também, da sua diferença, do rural, do campo, do antigo, e assim por diante. Como bem afirma Pesavento: “Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade” (PESAVENTO, 2007, p.17).

Desse modo, a criação da universidade representou não apenas a centralização de campos de conhecimento, mas a aglutinação espacial de alunos, professores e bibliotecas em um determinado ponto da cidade, o que não aconteceu sem conflitos, uma vez que o prédio na Avenida Nazaré doado pela prefeitura municipal, na figura do então prefeito Celso Malcher, para o estabelecimento da universidade, não pôde ser ocupado, após a mudança de mandato deste, para o posterior prefeito Lopo de Castro, adversário político de Magalhães Barata. A sede

da UFPA foi então instalada em um prédio, também na Avenida Nazaré, desocupando a Faculdade de Direito, onde estava funcionando temporariamente (FONTES, 2007).

Sob o ponto de vista modernizador, a criação da UFPA está situada em um contexto de grande anseio desenvolvimentista e nacionalista do governo federal voltado para as fronteiras do Brasil, em especial a Amazônia, região com baixa densidade demográfica, com centros urbanos distantes uns dos outros. A universidade passa a assumir o papel de centro irradiador da civilização e progresso através das ciências. Os bandeirantes seriam os alunos, marchando em direção aos sertões, empunhando, como armas, os livros, convertendo os povos amazônicos, tirando-os da barbárie em que viviam até aquele momento (FONTES, 2007).

Sob o ponto de vista da ocupação do espaço da cidade, ou seja, o discurso sob o qual se assenta a definição da localização da universidade, temos que uma noção de centralidade, ou seja, de *campus*, no qual se centralizam as instalações de várias campos de saber, foi, de fato, absorvida dos modelos europeus e norte-americanos. Formou-se assim uma paisagem que podemos identificar como universitária, que criou em um bairro periférico da cidade um espaço de ciência e saber, indo de encontro ao que naturalmente seguiria a ocupação pelo centro da cidade. Essa nova paisagem, fruto de uma intervenção brusca, interessa sobremaneira ao pesquisador da cidade, visto que as paisagens são também culturais, ou seja, carregadas do simbólico. Se soubermos que em um determinado lugar algo de significativo, marcante ou excepcional ocorreu, se nos for transmitido um conhecimento de como era este espaço no passado, este lugar será por nós composto mentalmente como uma paisagem imaginária de sentido (PESAVENTO, 2008, p.7).

Sendo assim, alguns centros universitários foram surgindo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Sob o ponto de vista espacial, foi na gestão do reitor José Rodrigues da Silveira Neto (1960-1969), que a construção do campus começa a sair do papel. Inicialmente o Palacete Augusto Montenegro, localizado na avenida governador José Malcher, foi adquirido pela UFPA para a instalação da reitoria. Em 1963, é elaborado um Termo de Referência indicando as condições mínimas para o terreno que receberia a estrutura do campus e, ao mesmo tempo,

pleiteado junto ao Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (IPEAN), uma área de várzea alagadiça às margens do rio Guamá, o que aconteceu ainda naquele ano. Alguns anos depois, em 13 de agosto 1968, é inaugurado o Conjunto Universitário, o que representava oito pavilhões, o pórtico de entrada, toda parte de urbanização e paisagismo, com a presença do presidente Costa e Silva, que recebeu *honoris causa* naquele dia (FONTES, 2007). Não podemos esquecer que a construção da UFPA não ocorre sem que haja uma intervenção na área que veria a ser usada para a construção da cidade universitária, pois além dos 200 hectares de terreno doado, foram necessários que mais sete terrenos fossem desapropriados no entorno para incorporação ao patrimônio da universidade.

A criação da UFPA praticamente inaugura essa periferia da cidade, pouco habitada e sem nenhuma infraestrutura urbana à época. Uma das principais vias do município de Belém, a avenida Perimetral, e o bairro vizinho, Terra Firme, são resultado dessa interferência direta no meio urbano (FONTES, 2013, pp. 265-266). Era uma área totalmente alagada onde funcionavam uma olaria, logo o terreno havia sido cavado, e com as chuvas, surgiram várias lagoas, de modo que o terreno mais parecia um “pântano”.

O aterramento foi realizado através de caçambas que traziam aterro de Marituba e Ananindeua (cidades vizinhas), o que se mostrou logo vagaroso. A solução encontrada foi que se fizesse o aterro hidráulico do rio Guamá, uma verdadeira obra de engenharia, que só foi possível graças ao interesse do governo militar nesse intento, na época, através do Ministro dos Transportes Mário Andreazza, o qual autorizou que uma draga apropriada para o serviço fosse deslocada do Paraná até Belém (MEIRA, UFPA, 2014).

A gestão do reitor Silveira Neto foi marcada por controvérsias e oposições. Desde 1957, como diretor da Faculdade de Medicina, já vinha sendo cotado para assumir o cargo de comando máximo da UFPA, mas a indicação foi para Mario Braga Henriques, da Faculdade de Direito, apoiado por Magalhães Barata, político influente no Pará. O movimento estudantil fez frente à política do regime militar exercida pelo reitor no espaço da universidade, visto como autoritário e de pouco diálogo. Citemos como exemplo a eclosão de uma greve dos alunos em março de 1964, após a extinção dos cursos de história e sociologia. Por outro lado, existe uma

memória que destaca muitos avanços durante seu mandato, levando em consideração a consolidação do *campus*, a ampliação do corpo docente, a reforma das unidades onde funcionavam os cursos e a reestruturação acadêmica e administrativa (FONTES; ALVES, p. 263). Não podemos esquecer que a UFPA recebeu muita atenção e muitos investimentos dos governos militares, o que não é de causar surpresa, em se tratando de um centro de ensino e pesquisa encrava no seio da Amazônia, o que remete a duas questões caras ao regime, ou seja, o controle ideológico do ensino superior e a ocupação estratégica das regiões de fronteira.

A memória daqueles que atuaram como funcionários da universidade, durante os nove anos da gestão Silveira Neto, traça um quadro positivo sobre esse período. Outro sujeito que trabalhou muito próximo ao reitor, assim como Alcyr Meira, apresenta-nos um testemunho parecido ao desse. Antonio Prince Bouez, nascido em Belém em 15 de outubro de 1932, filho de pai comerciante libanês, que havia migrado para o Pará durante o segundo ciclo da Borracha, conta que, alguns anos após se graduar pela Escola de Engenharia (1956), foi convidado por Silveira Neto para assumir a divisão de materiais da universidade, pois eram já conhecidos à época, considerando sua experiência na área mercantil de importação e exportação, quando trabalhava com seu pai, e por possuir curso de contabilidade. Bouez destaca a atuação do reitor:

O Silveira Neto era um homem que tinha uma visão que surpreendia muitas pessoas, e ele era um batalhador. E ele, inclusive, foi um dos batalhadores pela criação da universidade, e ele batalhou muito. Eu sei, porque eu convivi com ele muitos anos. Então ele tinha uma visão de universidade, de ensino. Muitas pessoas não gostavam dele, porque ele era, como se diz nas gírias, caxias. Ele era dessas pessoas que gostava de horário, o horário tinha que ser cumprido, se era sete horas, era sete horas, era inglês. Se atrasasse cinco minutos já levava uma chamada (BOUEZ, UFPA, 2014).

Essa memória, que poderíamos chamar de institucional, ressalta esse legado da gestão militar, à época conduzida por Silveira Neto: a busca por recursos junto ao Ministério para construção do *campus*, o processo de “universalização”, criação de novos cursos (geologia, mecânica, engenharia elétrica, núcleo de física e matemática, arquitetura, teatro, inglês, francês), aumento do número de vagas, a reforma dos prédios onde funcionavam as aulas, instalação da Imprensa Universitária,

construção do ginásio, construção da Casa do Estudante, construção da biblioteca central, etc.

Podemos contrapor esse cenário de grande efervescência acadêmica e crescimento da universidade, com as lembranças daqueles que, no mesmo período, foram prejudicados pela política autoritária assumida pelo regime militar. Para alguns professores, aqueles considerados “indesejados”, significou a interrupção de suas carreiras acadêmicas. Ruy Antônio Barata, lembra a perseguição que seu pai Ruy Guilherme Paranatinga Barata sofreu após o golpe de 1964. Barata já vinha de uma longa carreira política no Pará, atuando como deputado estadual constituinte a partir de 1947 até 1954, e depois como deputado federal entre 1957 e 1959, antes de ingressar no Partido Comunista, dando uma guinada às esquerdas paraense no início dos anos 1960, ao lado de outros nomes como Humberto Lopes, João Luís Araújo, José Maria Platilha, Raimundo Jinkings, Serrão de Castro e Levi Hall de Moura, época em que também assume a cadeira de Literatura Brasileira na universidade. Esse ciclo seria interrompido em 1968, quando Barata é aposentado compulsoriamente, acusado de ser comunista. Na lembrança de seu filho:

Na minha casa, do ponto de vista emocional, foi um desastre. Meu pai ficou sem emprego, porque ele foi aposentado compulsoriamente pela Universidade Federal do Pará. Sem um inquérito adequado, sem uma postura adequada da universidade, abaixada e agachada naquele momento. Como estava em todo o Brasil. Em alguns lugares, não (...). Faltava um dia para o término do AI-1, que aí voltava a Constituição passada, Jarbas Passarinho manda demiti-lo. Então, na minha casa, nós ficamos, primeiro, sem o sustento. Se não fosse pelo meu avô, que é um advogado que ganhava bastante naquele momento, tinha muitas causas, nós teríamos que ter saído do colégio privado etc. Porque ficamos na pior, sem dinheiro em casa. Meu pai foi trabalhar como jornalista na Folha do Norte. Foi trabalhar como *copy desk*, depois como tradutor. Trabalhava naquela máquina de telex, fax. Depois, foi exercer um pouco a advocacia, que ele nunca quis (BARATA, UFPA, 2014).

À memória que podemos chamar de “oficial”, ou institucional, que destaca, como vimos, a construção do campus e a modernização UFPA, é necessário contrapor as lembranças daqueles que foram lesados, perseguidos e traumatizados pelo mesmo processo modernizador-autoritário, como veremos a seguir. Após completar o cinquentenário do AI-5, as discussões sobre as memórias desse passado de repressão e resistência à ditadura-civil militar se fazem cada vez mais necessárias, principalmente se considerarmos a memória como “um bem comum, um dever (...)

e uma necessidade jurídica, moral e política” (SARLO, 2007, p. 47). Compreender como o projeto autoritário afetou as universidades públicas é um caminho para uma melhor compreensão do impacto do regime civil-militar na sociedade brasileira de outrora. No bojo das discussões atuais no Brasil, a respeito da educação e do papel dos professores e alunos entre os muros das escolas e universidades, entendo ser o momento propício para perscrutar as memórias sobre um período no qual o Estado quis se fazer presente na vida cotidiana das universidades e exercer seu controle autoritário sobre a comunidade acadêmica.

Parte 2: Política educacional militar: a reforma universitária e os acordos MEC/USAID

Dado o golpe civil-militar de 1964, coube ao governo militar voltar sua preocupação para uma demanda que há muito vinha sendo levantada no Brasil, quer seja a necessária modernização do país em vários de seus segmentos. Propostas de matizes conflitantes foram ganhando menos ou mais espaço, conforme o jogo de acomodação adotado pelos militares, tentando atender anseios diversos, sejam eles nacionalistas de direita, liberais, reformistas, reacionários, etc. Esse fluxo chegou naturalmente até as universidades públicas, que nos anos 1960, ainda seguiam o formato implantado pela reforma de 1931, é época do ministro da educação Francisco Campos, cujo objetivo era fomentar a pesquisa e desenvolvimento científico no Brasil. O resultado foi que mais de 30 anos depois, as universidades, nomenclatura imprópria à realidade vista à época, não passavam, na maioria dos casos, de faculdades isoladas e dispersas, voltadas para si mesmas. As reclamações mais comuns diziam respeito à estrutura organizadas em torno de professores catedráticos, cujos cargos eram vitalícios e que possuíam autonomia para contratar professores e pesquisadores, à seleção discente descentralizada e à insuficiência de vagas e de recursos orçamentários (MOTTA, 2014, p.44). A partir desse cenário, dois projetos ganham destaque.

As esquerdas vislumbravam uma universidade crítica e popular, com importante papel político a ser desempenhado pelos alunos, com a substituição das estruturas de cátedras pelos departamentos, coma democratização das deliberações

internas, com representação estudantil e a serviço das demandas sociais, bem como com a criação de cursos noturnos para atender as classes trabalhadoras. A reforma universitária havia sido incorporada às reformas de base anunciadas antes do golpe, pelo então presidente João Goulart, cuja ideia era utilizar a Universidade de Brasília (UNB) como modelo de nova organização do ensino superior público no país, mas que, como sabemos, foi impedido por conta daquilo que se viu a partir do dia primeiro de abril de 1964. Ainda assim, de 1961 a 1964, a quantidade de matrículas em cursos de graduação cresceu 40%, números, sem dúvida, relevantes para a época.

Do lado oposto, os grupos liberais, ainda que concordasse com a necessária extinção das cátedras e do fomento à pesquisa, viam também como inescusável que se impedisse que as universidades servissem como celeiro do pensamento socialista. O intuito era que os centros acadêmicos formassem quadros para a administração pública e para o desenvolvimento econômico, que se optasse pelo modelo norte-americano de ensino superior e que as universidades pudessem ser mais autônomas (personalidade jurídica de fundações), inclusive financeiramente, sendo possível a cobrança de mensalidades, o que de fato foi previsto na Constituição Federal de 1967 (MOTTA, p.46).

As reformas ficaram a cargo dos primeiros ministros da educação da era militar, Flávio Suplicy, Pedro Aleixo e alguns interinos, como Raimundo Muniz de Aragão, e por fim Tarso Dutra, ainda que os anos de 1964 a 1967 poucas mudanças foram percebidas – obrigatoriedade do nome “federal”, aproximação acadêmica com países centrais, distanciamento dos países do bloco socialista e a assinatura dos acordos Ministério da Educação- United States Agency for International Development -, o que já não pode ser dito do ano seguinte, 1968, quando mudanças bruscas foram impostas verticalmente às universidades brasileiras durante o mandato do presidente general Arthur da Costa e Silva, levadas a cabo pelo comando do Conselho Federal da Educação, órgão deliberativo do Ministério da Educação (MEC). A USAID, agência americana para o “desenvolvimento internacional”, começou a atuar na educação brasileira desde os anos 1950, no entanto, após a investida militar, suas pretensões se tornaram mais ambiciosas e abrangentes, indo desde a publicação e tradução de livros, à reestruturação do

ensino no país, incluindo o nível superior. Nesse momento inicial, foram publicados alguns dispositivos legais, quem foram dando forma à reforma universitária: Lei 4.759/1965 (obrigação de acrescentar o nome “federal” no nome da instituição); Decreto n.53/1966 (unidade entre ensino e pesquisa e reorganização das cátedras); Decreto n.252/1966 (definição dos departamentos como subunidades básicas das universidades) (MOTTA, pp.51-52).

Esse início tímido seria modificado apenas no governo seguinte, quando Costa e Silva, e seu jovem ministro da fazenda Delfim Netto, distanciando-se do modelo liberal do governo anterior, o qual previa a redução de gastos com a máquina pública, passaram a pregar maior intervenção do Estado na economia, o que implicava maiores investimentos, também, na educação superior e na pesquisa científica, evitando assim, a propalada “evasão de cérebros” (*brain drain*). Para a Amazônia, a ação mais importante dessa fase foi a operacionalização do Projeto Rondon, uma estratégia encontrada pelo governo militar de integrar os jovens estudantes à nova ordem política, ao mesmo tempo evitando a repressão direta e garantindo a presença na Amazônia brasileira, região sensível aos interesses do regime, encabeçado pelo lema “integrar para não entregar”. O governo buscou disseminar a ideia de que o projeto teria surgido dentro das universidades, com o intuito de “mobilizar” os alunos em prol do desenvolvimento do país, embora saibamos que os objetivos do programa eram essencialmente políticos. Em 1970 havia cinco mil estudantes engajados (em seu auge, foram computados cinquenta mil alunos por ano) e, além de Rondônia, Amazonas, Pará e Roraima foram atingidos, e em 1977 já tinham sido criados 22 *campi* avançados na região (MOTTA, pp.56-61).

Se sob alguns aspectos o projeto logrou certos êxitos, como a instalação de centros universitários e postos médicos em áreas distantes dos centros urbanos, o mesmo não se pode afirmar em relação aos aspectos ideológicos, uma vez que não impediu que os universitários continuassem se mobilizando e lutando contra o regime, em especial entre 1967 e 1968. Os alunos denunciavam as implicações imperialistas dos acordos MEC-USAID, a reforma universitária em seus aspectos tecnicistas e privatistas, a falta de vagas para os excedentes e a violência policial contra estudantes. As ações de rua foram acompanhadas por ocupações dentro das

universidades, como ocorreu em agosto de 1968 na UFPA. Para os militares, as universidades tinham uma dupla importância para a segurança nacional: a produção de conhecimento científico e a almejada autonomia em relação tecnológica em relação aos países centrais. E por outro lado, era local propício para circulação de ideologias contrárias à ordem vigente, em especial onde circulavam as teorias marxistas, e espaço nos quais eram arregimentados vários militantes para grupos armados, e também dos quais partiam muitas manifestações de rua. O desafio estudantil era, portanto, questão urgente (MOTTA, pp.62-68).

Ao final de muitas discussões e idas e vindas, a tão debatida reforma tomou forma a partir do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária⁶ (GTRU – 07/1968), composto por nomes como Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Fernando Bastos D'Ávila, a partir da qual foi elaborado a Lei n.5.540 (28 de novembro de 1968), a qual, entre outras coisas, extinguiu as cátedras, buscou o fortalecimento das instituições centrais das universidades, ou seja, as reitorias, e instituiu unificação dos vestibulares. Mas não se pode afirmar que a reforma tenha sido algum imposto pelo regime sem que tivesse havido negociações e flexibilizações:

A Lei n.5.540, portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos (MOTTA, p.71).

No entanto, não podemos confundir esse processo de negociação, longo caminho que perdurou por quase quatro anos, em que os militares cederam, em alguns pontos, às pressões estudantis, como sintomas de “afrouxamento do regime”. Basta lembrarmos que poucos meses depois da promulgação da Lei n.5.540, o Ato Institucional nº.5 foi instituído no país, e a raiz autoritária, repressora e conservadora da modernização das universidades públicas surgiu de maneira mais nítida, facilitando ainda mais essas mudanças, pois ajudaram a ceifar os obstáculos impostos pelo movimento estudantil nos anos anteriores.

Era sempre um jogo de “aperto” e “afrouxamento” por parte dos militares. A questão dos excedentes (candidatos que possuíam a nota mínima para ingressar

na universidade, mas que estava fora do número de vagas ofertadas) era já há muito uma questão delicada, pois atingiam diretamente o interesse dos alunos e, após o turbulento ano de 1968, com várias invasões em universidades de todo país, as instituições de ensino foram “obrigadas” a receber essa grande quantidade de estudantes. Esse processo veio na esteira do Decreto no 60.516/67, baixado pelo presidente Costa e Silva, determinando que as faculdades matriculassem os excedentes. O que para os estudantes foi uma grande vitória, para a memória daqueles que faziam parte da gestão da universidade foi algo “terrível”:

Mas eu acho que até tão grave quanto à invasão e ocupação das escolas, das faculdades, foi uma coisa que aconteceu, que eu acho que foi terrível para as universidades brasileiras, a questão dos excedentes (...). Isso, dentro dessa pressão que houve das invasões, fez com que nós tivéssemos no Brasil inteiro e aqui no Pará então foi terrível, que construir salas e salas de aula para poder dar ingresso (MEIRA, UFPA, 2014).

Observamos na fala de Alcyr Meira o jogo de forças que existia à época, no que diz respeito à modernização das instituições de ensino superior. Se para os estudantes a questão dos excedentes era uma pauta cara e essencial para que se promovesse uma real reforma universitária, para os gestores públicos, significava aumento de gastos por aluno, contratação de professores nem sempre preparados para a função e a expansão desordenada das instalações prediais. O governo Costa e Silva sabia que precisava ceder em alguns pontos se não quisesse perder o controle do “barril de pólvora” que eram as universidades naqueles anos que antecederam o AI-5, o que não descaracteriza a faceta autoritária da reforma.

Um ponto fundamental que corrobora a tese sobre a modernização autoritária nas universidades são os acordos MEC/USAID, pois evidenciam o envolvimento oficial do governo norte-americano na educação brasileira, movido por interesses próprios, como evitar a expansão comunista no terceiro mundo, ainda que tenha sido revestido com objetivos de desenvolver social e economicamente a América Latina. Os americanos estavam atentos à infiltração das teorias marxistas no ensino superior, de modo que as universidades brasileiras passaram a ser trincheiras disputadas com o inimigo soviético. Um dos acordos previa a modernização administrativa universitária com o intuito de torná-las mais eficientes,

o que logo foi visto por parte da opinião pública como um pretexto para controlar, desnacionalizar e privatizar o ensino superior no Brasil (MOTTA, p.76; 79).

No caso da UFPA esse interesse norte-americano já existia há algum tempo. No início da sua gestão enquanto reitor, Silveira Neto recebeu uma visita de professores norte-americanos que estavam propondo um projeto de *campus* universitário. Os professores visitaram o local onde seria instalada a cidade universitária, de modo que duas propostas de duas universidades americanas, trazidas pelo Departamento de Estado Americano, foram apresentadas e logo descartadas, por não coadunarem com o sistema de ensino local pretendido (MEIRA, UFPA, 2014).

Parte 3: O movimento estudantil e a reforma universitária

A UFPA “herdou” uma mobilização política em torno de reivindicações próprias da realidade do ensino superior que já existia desde a formação do movimento estudantil antes mesmo da criação da universidade, a qual já existia nas escolas e cursos espalhados pela cidade. Alcyr Meira, o qual estaria bastante próximo das autoridades do regime militar nos anos de ditadura, foi eleito logo quando ingressou na faculdade vice-presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia e em 1954 presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) e automaticamente conselheiro da UNE. “Debatíamos as coisas de interesse dos estudantes, debatíamos com relação à qualidade do ensino e à qualidade das instalações físicas disponíveis naquela época, porque eram precárias, eram muito precárias”, lembra. Já existiam nesse período muitos debates em torno da criação de uma universidade no Pará e eram grandes as aspirações dos estudantes em torno desse propósito (MEIRA, UFPA, 2014).

Entendemos também que os Acordos MEC-USAID foram uma resposta do regime à luta pela reforma universitária pela qual os estudantes vinham há muito lutando, antes mesmo do golpe. No entanto, ao tentar introduzir o modelo educacional norte-americano no Brasil, as autoridades acabaram estimulando a reação do movimento estudantil, o qual via nessa iniciativa uma ingerência imperialista atrelada a uma submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos.

As campanhas contra os acordos fizeram parte das pautas de reivindicações em várias universidades do país, inclusive na UFPA (ARAÚJO, 2007, p.158).

Os projetos de reforma universitária não foram bem recepcionados pelos alunos da UFPA e o movimento estudantil tratou logo de fazer oposição a essas propostas. Alguns testemunhos nos dão pistas nesse sentido, e podemos citar como exemplo as memórias trazidas por Alberto Ferreira Puty. Nascido em Campo Grande, Mato Grosso, viveu um tempo em Teresina, tendo se mudado em 1963 para Belém, após a morte de seu pai, subtenente do exército, tendo ingressado em 1964 no curso de Engenharia. O ex-aluno lembra que em 1968 havia uma discussão muito grande dentro faculdades que compunham a UFPA a respeito da Reformar Universitária, sendo que foram várias as assembleias gerais e mesas redondas convocadas para tratar do tema: “isso acontecia não somente em Engenharia, mas também em Filosofia, Medicina, em todos os lugares estava sendo discutida a questão da Reforma Universitária. Nós éramos contra a Lei Suplicy de Lacerda”, recorda. Para Puty, a Reforma foi um meio também encontrado pelo governo militar para dificultar a ação do movimento estudantil dentro das universidades:

Era a lei que acabava, eles tentaram acabar com o movimento estudantil. Tentaram acabar, eles criaram outras organizações, eles criaram uma série de travas para evitar o movimento universitário. E ali vinha a reforma, no bojo disso vinha todo um processo de reforma. Reforma para transformar a universidade pública em uma universidade fundação, e cobrando. Então, na realidade, era mais ou menos isso. Antes era seriado, tirou o seriado, a pessoa lá adiante passou isso, fazia matéria com um e com outro e não tinha como formar grupos, digamos assim, que se juntasse. Então eu não sei se hoje continua assim (PUTY, UFPA, 2014).

No testemunho de Puty, percebemos que a Reforma é representada na memória estudantil como um mecanismo de controle e dispersão política, ferramentas utilizadas pelo regime para desarticular o movimento estudantil ao enfraquecer os órgãos representativos acadêmicos. Sabemos que os estudantes estavam atentos às questões específicas da realidade do ensino superior, como à limitação de 1/5 para a representação estudantil nos colegiados dos cursos, ausência de restaurantes universitários, as discussões sobre o ensino pago (talvez a mais polêmica entre as propostas do ministro Jarbas Passarinho, a qual mobilizou alunos de todo país) e a conseqüente elitização do ensino, bem como à reforma como um

todo, pois a esperavam como um meio para solucionar grandes problemas da educação brasileira e para o desenvolvimento social para o resto da população, o que ia de encontro com a política educacional da ditadura, a qual era orientada para formação de técnicos e de “mão de obra qualificada”, sem espaço para a reflexão crítica defendida pelo movimento. Essas mobilizações também são sintomas de um novo modelo de organização do movimento estudantil - para além da luta armada e das ações de rua, as quais seriam cada vez mais esvaziadas pelas forças de segurança no pós-1968 -, no qual reivindicações específicas foram armas utilizadas para garantir maior inserção nos rumos da vida política nacional, visando, em última escala, a derrubada do governo militar. De fato, Passarinho não conseguiu implantar o ensino superior pago, evidenciando a resistência estudantil e seu poder de intervenção nas políticas educacionais do governo (MULLER, 2016, pp.52-57).

Na UFPA a responsabilidade pela implantação da reforma, instituída pela Lei 5.540 de 1968, ficou a cargo do reitor Aloysio da Costa Chaves (1969-1973) e, em seguida, de Clóvis Cunha da Gama Malcher (1973-1977), o que não ocorreu sem muita resistência. Os ânimos já estavam acirrados em Belém desde o dia 03 de abril de 1968, quando os estudantes saíram às ruas e o Diretório Acadêmico da UFPA declarou greve geral por tempo indeterminado, como forma de protesto ao assassinato do estudante paraense Edson Luís no Rio de Janeiro. Estudantes, universitários e secundaristas, saíram em passeata pelas ruas da cidade até alcançar a sede da Assembleia Legislativa, ali provocando alguma agitação. Nos meses seguintes, as mobilizações do movimento estudantil continuam, e entre julho e agosto, várias greves foram deflagradas em alguns cursos, a exemplo dos estudantes de química que paralisaram as atividades acadêmicas em 26 de julho, ocupando em seguida o prédio da Escola de Química, contando com o apoio de alunos dos cursos de agronomia, serviço social, direito, filosofia, engenharia, geologia, economia e da União Acadêmica Paraense. No mês seguinte, alunos de arquitetura e medicina fizeram o mesmo, interromperam as atividades e ocuparam os prédios nos quais funcionavam os cursos, em 9 e 13 de agosto respectivamente. Os alunos de engenharia também ocuparam a sede da Escola de Engenharia no dia 22 de agosto, tendo suas reivindicações imediatas atendidas, entre elas a nomeação do novo

Diretor e a cessão de uma sala para o funcionamento do Diretório (MORAES, 2007, pp. 76-77).

No curso de medicina também havia um movimento estudantil bastante atuante. Citemos a relato trazido por William Mota de Siqueira, nascido em Alenquer, no Baixo Amazonas, no ano de 1943, tendo se mudado para Belém aos 13 anos de idade para ingressar no seminário, seguindo seu desejo de ser padre, o que não aconteceria. Após terminar o científico no colégio Nazaré entra na universidade em 1965. Siqueira descreve um curso de medicina com algumas deficiências infraestruturas, como a falta de equipamentos adequados, mas que foram sendo sanados graças a atuação forte do diretório acadêmico junto à direção da faculdade, à época comandada pelo professor Afonso Rodrigues Filho. A faculdade de medicina era a única faculdade que tinha uma sede do diretório, uma casa feita pela reitoria doada para esse fim:

E, então, o diretório tinha um poder de evitar conflitos dos professores e ao mesmo tempo em que conflitava. Um paradoxo aí. Mediava e conflitava. Então, os alunos tinham uma...E depois todo mundo junto. Isso é muito importante, que acaba com a reforma universitária, acaba com o ato institucional número cinco. A união, você para todo mundo, você ia à sala de aula: “-Para todo mundo. Vamos para uma reunião, uma assembleia e tal.” E o diretório tinha essa autoridade (SIQUEIRA, UFPA, 2014).

A memória do ex-aluno William representa a Reforma como um mecanismo do regime que dificultou a capacidade de mobilização e união dos estudantes, o que rompia com uma cultura de mediação de conflitos exercida via diretório que, segundo é narrado, amenizava os conflitos entre estudantes e as autoridades acadêmicas. Mas a Reforma foi gerando grande descontentamento entre os alunos, até que a faculdade foi ocupada em 1968. Segundo recorda o ex-aluno, durante a gestão de Jarbas Passarinho buscou-se “implantar uma reforma universitária chamada MEC-USAID. Os acordos MEC-USAID. E esse acordo ele queria implantar na Medicina e nós não aceitávamos, nem o nacional.” A principal preocupação era a mudança curricular, de modo que o sistema seriado seria substituído pelo curricular em que o próprio aluno decidia quais disciplinas cursar, e não mais por blocos, como funcionava até então. Esse foi o combustível para alunos de medicina, como Fernando Fiúza de Melo, Rui Antônio Barata, Valdir

Paiva Mesquita e João Pina Neto começassem a se mobilizar contra o projeto de modernização que estava sendo proposto, até que a faculdade foi ocupada em 1968 (SIQUEIRA, UFPA, 2014).

A Reforma Universitária, sob a denominação de Plano de Reestruturação da UFPA, vinha sendo criticada pelos alunos, os quais lutavam por uma maior participação dos discentes nesse processo. Como forma de tentar resistir a algumas mudanças que consideravam negativas, os estudantes da Escola de Química tentaram impedir a criação do Instituto de Química, pois temiam que isso significasse a extinção dos cursos de química e de química industrial, e para tanto ocuparam naquele mesmo ano de 1968 o prédio da Escola, à época localizado no Museu Comercial da Associação Comercial do Pará, na Praça da República. Ainda que oficialmente o Plano tenha sido instituído somente em dezembro de 1969, por meio do Decreto n.65.880, mais de um ano após a publicação da lei da Reforma Universitária, o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará já havia sido encaminhado em agosto de 1967 ao Conselho Federal de Educação, tendo sido devolvido para ajustes necessários. O “modernização” implantada pelo reitor Aloysio Chaves, apesar de ter que lidar com problemas financeiros e infraestruturais, como a dispersão dos cursos em várias localidades da cidade, conseguiu executar algumas medidas importantes para a consecução da Reforma na UFPA: criação de quatro sub-reitorias (Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento; Administração Acadêmica e de Serviços Gerais; Extensão e Assuntos Estudantis; e uma quarta que apenas seria convocada em situações específicas); criação da Comissão de Implantação do Plano de Reestruturação da UFPA (CIRU), em setembro de 1969; o início da centralização espacial no “Núcleo Pioneiro” à margem do rio Guamá, dando contorno à “cidade universitária”; adoção em 1971 do vestibular unificado, com aumento significativo de vagas (2000 vagas, comparadas às 955 ofertadas em 1967), atendendo uma demanda dos estudantes de há muito tempo; o sistema de ensino por ciclos, básico e profissional, o que não agradou os alunos, pela ineficiência demonstrada nos primeiros anos de funcionamento, o que levou, em 1973, os alunos a apresentarem uma petição junto ao ministro da educação Jarbas Passarinho, com o intuito de sensibilizar este órgão quanto as dificuldades encontradas pelos alunos: falta de estrutura física, sobrecarga dos professores,

ausência de equipamentos adequados, má distribuição dos horários e das aulas, etc. (MORAES, pp.78-93).

A memória em torno da tão falada Reforma Universitária traz também a visão dos professores a respeito desse período turbulento de grande agitação política. Júlio dos Santos Ribeiro, belenense, filho de pais portugueses, família de comerciantes, ingressou como aluno na Escola de Química em 1955, à época localizada na Praça da República, onde funcionava a Associação Comercial do Pará, que a mantinha, antes de ser encampada pela Universidade Federal do Pará, durante a gestão Silveira Neto. Já durante o regime militar Júlio é contratado como professor de Tecnologias das Fermentações, quando então aparecem as divergências com administração da universidade e as propostas de reforma. A incorporação gerou polêmica logo de início, porque era intenção do reitor que a Escola de Química fosse assimilada com *status* de Instituto, e não como escola ou faculdade, como era o caso dos cursos de medicina, direito e farmácia, o que era visto por alguns como tentativa de exercício de maior controle, uma vez que os diretores dos institutos eram indicados pelo próprio reitor, e por consequência a indicação de professores. A Reforma Universitária era vista, sob esse ângulo, como perda de autonomia por parte das instituições de ensino que já existiam antes mesmo da criação da UFPA, e que eram geridas, no caso da Escola de Química, pela congregação de professores. Na época eram, além de Júlio dos Santos, Elquias Bernardo de Souza, Arthur Melo, Osvaldo Bitar, Clara Pandolfo, entre outros (RIBEIRO, UFPA, 2014). A luta começou a partir dessa divergência, envolvendo um jogo de influência, de ambos os lados, no MEC, na época chefiado por Tárσιο Dutra e seu secretário-geral Edson Franco, terminando com uma vitória dos professores, de modo que a incorporação foi feita como Escola de Química.

As articulações do movimento estudantil com o intuito de resistir às mudanças impostas pelo plano de reestruturação continuaram nos anos seguintes. Em 21 de dezembro de 1973, o Diretório Central dos Estudantes encaminhou memorial ao reitor listando vários problemas enfrentados pelos estudantes ingressos nos dois anos anteriores, o que foi acolhido em forma de moção de solidariedade pela Assembleia Legislativa, após proposta feita pelo Deputado Jader Barbalho. Resultado: o reitor Clóvis Malcher, em dezembro de 1973, emitiu a Resolução n.

180, a qual trazia benefícios aos alunos no que diz respeito ao número de vagas para matrícula nos ciclo profissional. Casos como esses evidenciam que o movimento estudantil manteve-se atuante na UFPA mesmo após o AI-5 e o Decreto 477/1969, os quais aumentaram a vigilância sobre as atividades políticas nos *campus* universitários, passando a agir de maneira diferente da postura adotada no ano de 1968, por exemplo, quando ações mais incisivas foram adotadas dentro da universidade. Evidenciam também que os alunos tinham conhecimento da capacidade de pressão que poderiam exercer diante das determinações do regime que atingiam diretamente seus interesses acadêmicos. O temor de novas sublevações estudantis, vista em anos anteriores, tornava a pressão do movimento uma arma eficaz para “negociar” com as autoridades militares, sem que a força ou protestos de rua fossem necessários (MORAES, p. 94)

Considerações Finais

Buscamos apresentar nas páginas anteriores como os sujeitos históricos que vivenciaram o processo de modernização das universidades no Brasil durante o regime militar representam em suas memórias essas transformações. Deixamos que os atores falassem e dessem seus depoimentos, a fim de que as memórias trazidas por eles dessem conta da multiplicidade de vozes que têm o “direito” de narrar suas histórias. Se para os membros da administração da universidade a política educacional militar significou o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da UFPA enquanto centro de ensino e pesquisa na Amazônia, para os professores significou a perda de autonomia para decidir sobre assuntos internos aos cursos, entre outras coisas, porque o reitor passou a figurar como autoridade máxima dentro da instituição, o que antes das reformas praticamente não existia, e muitas vezes era exercido pelos catedráticos e pelos diretores das faculdades. Houve então uma mudança das estruturas de poder no âmbito do ensino superior naquele período.

Para outros docentes, a modernização significou também perseguição política e desligamento das suas funções. Já para os alunos, além da tentativa de desmobilização do movimento estudantil, a Reforma trouxe mudanças nas

estruturas de ensino que acabaram servindo como combustível para ações de protesto dentro da própria instituição, deflagrando greves, ocupando os prédios, acionando o poder legislativo, entre muitas outras ações. Ao mesmo tempo em podemos indagar em que medida as experiências de vida de apenas alguns estudantes universitários possibilitam formar um quadro mais amplo sobre a história do movimento estudantil na UFPA durante a Reforma Universitária, pois certamente existiam alunos que apoiavam os projetos de modernização, também devemos estar atento, conforme Carlo Ginzburg, que trajetórias individuais podem dar notícia do que era possível em termos de atuação política naquele espaço e naquele período e, sobretudo, sob aquelas circunstâncias (GINZBURG, 2006).

Enfim, são ângulos diferentes de descrever o mesmo fato histórico e se o leitor pôde perceber isso nessas poucas páginas, acreditamos então que nosso intento foi alcançado.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FONTES, Edilza J. O.. A Invenção da Universidade Federal do Pará. **UFPA 50 anos** - História e memórias. Belém: Edufpa, 2007, v. 01, p. 13-68.

_____; ALVES, Davison. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960 - 1969). *Tempo e Argumento*, v. 5, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LACERDA FILHO, Mozart. A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. 213 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103093>>. Acesso em 17 set.2019.

LEPETIT, B.et all. **Por Uma Nova História Urbana**. São Paulo: EUSP, 2001.

MORAES, Cleodir. A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária. In: Edilza Joana Oliveira Fontes. (Org.). **UFPA 50 anos: Histórias e Memória**. 1ªed.Belém: EDUFPA, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

_____.”A história como arma: a memória histórica como objeto da resistência estudantil contra a ditadura militar no final dos anos 1970.” In: DELGADO, Lucília

de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta Moraes. (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Abertura: cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007, p. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana**. Revista Mosaico, v. 1, nº 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp.3-15.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAMOS, Francisco R. L.. **O calendário e o golpe de 1964: temporalidade, escrita da história e hagiografia**. Revista Brasileira de História (Online), v. 34, p. 111-129, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Fontes

Legislação

BRASIL. Lei nº 3.191, de 2 de Julho de 1957 (cria a Universidade do Pará e dá outras providências).

BRASIL. Decreto nº 42.427, de 12 de Outubro de 1957 (aprova o Estatuto da Universidade do Pará).

BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 (dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais).

BRASIL. Decreto-lei Nº 53, de 18 de novembro de 1966 (fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências).

BRASIL. Decreto-lei Nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 (estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

BRASIL. Decreto no 60.516 28 de março de 1967 (aprova convênio sobre candidatos excedentes dos concursos de habilitação dos estabelecimentos de ensino de nível superior).

BRASIL. Lei n 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências).

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969 (Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências).

BRASIL. Decreto nº 65.880, de 16 de Dezembro de 1969 (Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará).

Entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 20min e 48seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Antônio Prince Bouez. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h e 16seg). Disponível em: <

<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1268>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ruy Antonio Barata. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 14min e 46seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 57seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com William Mota de Siqueira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (52min e 18seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1291>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Júlio dos Santos Ribeiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (44min e 49seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1290>>. Acesso em: 14 dez. 2018.